



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

LUÍS FERNANDO LIMA RODRIGUES

**A FUNDAÇÃO DE IMPERATRIZ E SEUS MITOS:
CONQUISTA, RELIGIÃO E RESISTÊNCIA INDÍGENA**

IMPERATRIZ - MA

2023

LUÍS FERNANDO LIMA RODRIGUES

A FUNDAÇÃO DE IMPERATRIZ E SEUS MITOS:
CONQUISTA, RELIGIÃO E RESISTÊNCIA INDÍGENA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão/ UFMA, campus Imperatriz-MA, como requisito para obtenção do título de licenciado (a) sob orientação do/a prof/a. Dr/a. Rogério Carvalho Veras

Aprovado em: 20 / 07 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério Carvalho Veras

(Orientador- LCH/UFMA)

Profa. Ma. Claudia Silva Lima

(Examinadora – LCH/UFMA)

Prof. Dr. Emerson Rubens Mesquita Almeida

(Examinador – DESOC/UFMA)

Lima Rodrigues, Luís Fernando.

A Fundação de Imperatriz e seus Mitos: : Conquista, Religião e Resistência Indígena / Luís Fernando Lima Rodrigues. - 2023.

25 f.

Orientador(a): Rogério Carvalho Veras.

Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

1. Conflitos. 2. Frei Manoel Procópio. 3. Imperatriz. 4. Mito Fundador. 5. Resistência Indígena. I. Carvalho Veras, Rogério. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por tais capacidades físicas e intelectuais que me possibilitaram ingressar e concluir a graduação em Ciências Humanas/ Sociologia. Logo em seguida, agradeço a minha Mãe, Luzenir Lima Rodrigues, que não cessou esforços para que pudesse permanecer nos estudos, e apesar de todas as dificuldades, jamais deixou de colocar o meu estudo e de meus irmãos em primeiro lugar. Mãe solo de três filhos, sem ajuda qualquer dos pais dos mesmos, se colocou como chefe de família e garantiu, comida, roupa e educação.

Sucessivamente, agradeço em memória Valmir Teodoro Lima, meu padrasto que por anos ocupou um lugar de pai e o fez como podia, incentivando meus estudos, e mesmo perante as dificuldades, lá estava para nos apoiar. Agradeço também ao professor Rogério Veras por topar tal desafio como meu orientador, se colocando à disposição até os fins de semana, com intuito de fazer o melhor e garantir um bom desenvolvimento do meu TCC.

Gratidão a Alda Dantas por se tornar uma mãe para todos nós, sempre a disposição e cuidando de todos os alunos do curso com amor e carinho, conquistando assim um lugar especial em nossas vidas. Não poderia esquecer também do professor Henrique Assai, que me possibilitou os primeiros contatos com a sala de aula, aumentando em mim a certeza do que queria, além de incentivar a produção de projetos e topar sempre as propostas pedagógicas como forma de aprendizado. Por fim, gratidão a minha querida e amada amiga Polyana Frota que pela doçura de suas palavras e pureza de coração me possibilitou ver o mundo de uma maneira mais leve e com gratidão, fé e aprendizado, que me deu habilidade de enxergar o mundo com mais alegria.

*“Encontra-se sempre, aqui e ali, algum semideus
que consegue viver em condições terríveis, e viver
vencedor!”*

Friedrich Nietzsche

RESUMO: A fé cristã está presente desde a formação do Brasil, a inserção da fé cristã se deu pela conquista e catequização. Imperatriz, localizada no suldoeste do Maranhão, também tem um símbolo para os cristãos católicos. A fé representada por Santa Teresa D'Ávila e Frei Manoel Procópio do Coração de Maria inicia essa pesquisa. A pesquisa tem por objetivo compreender a fundação de Imperatriz-MA pela teoria do “mito fundador” (CHAUÍ, 2000), em contraposição à versão histórica oficial da cidade. O trabalho é feito a partir da historiografia de Adalberto Franklin (2005), Socorro Cabral (1992), Carlota Carvalho (2000), Francisco de Paula Ribeiro (1941; 2000); além do uso de documentos históricos, iconográficos e bibliográficos, interpretados a partir do “mito fundador”, aplicado desde a frente pastoril de expansão das fazendas de gado, passando por conflitos com indígenas, e por fim problematizando a narrativa oficial da fundação de Imperatriz.

Palavras-chave: Mito Fundador; Imperatriz; Frei Manoel Procópio; Conflitos; Resistência Indígena.

ABSTRACT: The Christian faith has been present since the formation of Brazil, the insertion of the Christian faith took place through conquest and catechization. Imperatriz, located in southwestern Maranhão, also has a symbol for Catholic Christians. The faith represented by Santa Teresa D'Ávila and Friar Manoel Procópio do Coração de Maria initiates this research. The research aims to understand the foundation of Imperatriz-MA through the theory of the “founding myth” (CHAUÍ, 2000), as opposed to the official historical version of the city. The work is based on the historiography of Adalberto Franklin (2005), Socorro Cabral (1992), Carlota Carvalho (2000), Francisco de Paula Ribeiro (1941; 2000); in addition to the use of historical, iconographic and bibliographical documents, interpreted from the “founding myth”, applied from the pastoral front of expansion of cattle ranches, passing through conflicts with indigenous people, and finally problematizing the official narrative of the foundation of Imperatriz.

Keywords: Founding Myth; Imperatriz; Friar Manoel Procopio; Conflicts; Indigenous Resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
DESCRIÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DE FUNDAÇÃO	08
CONFLITO COM INDÍGENAS	13
PROCÓPIO, BOM AMIGO E O MITO FUNDADOR	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
FONTES	21
REFERÊNCIAS	22
ANEXOS	24

1 – INTRODUÇÃO

A fé cristã está presente desde os primeiros passos da formação do Brasil, quando em 1500 os colonizadores trouxeram consigo a imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal. Esse processo de inserção da fé cristã nas terras não exploradas e desconhecidas recebeu um movimento de conquista e catequização. A devoção às santas entranhou-se no seio da formação e desenvolvimento do país, tendo como sua padroeira, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, uma imagem encontrada dentro do Rio Paraíba, no estado de São Paulo, em 1717, seria então um significativo e importante fato histórico que expressa um país tão devocional.

Não muito diferente do Brasil colônia, Imperatriz, cidade localizada no estado do Maranhão, banhada pela margem direita do rio Tocantins, tem em sua história um simbolismo muito significativo para os cristãos católicos. A fé representada na imagem de Santa Teresa D'Ávila, trazida envolta aos braços de Frei Manoel Procópio do Coração de Maria¹, em 1852. Seria esse o marco principal do início e desenvolvimento da Colônia Militar de Santa Teresa, que hoje é padroeira do vigente município.

Sobre o domínio de tais informações, cabe a nós o questionamento desse movimento colonizador, a partir de um estudo contrapondo-se à narrativa considerada oficial sobre a fundação de Imperatriz, que teve por início em uma das expedições militares originárias da cidade de Belém no estado do Pará em 1852, em navegação pelo rio Tocantins.

A pesquisa tem como categoria teórica principal a noção de “mito fundador” (CHAUI, 2000), o qual será aplicado sobre a narrativa da fundação de Imperatriz, trazendo informações sobre o processo e tendo como análise a religião e os conflitos que se desencadearam entre colonos, igreja e os indígenas. Estes últimos foram vítimas de expedições punitivas da parceria do governo com a igreja, ao qual perdurou por todo esse período de colonização e de permanência dos fundadores de Imperatriz.

O mito fundador está diretamente ligado a um passado, seu originário, um passado que não é esquecido e assim se faz presente, impedindo a compreensão das mudanças da temporalidade. O mito fundador também pode ser entendido como algo

¹ A narrativa apresentada é uma representação existente na obra do artista plástico Francisco Gonçalves, pintada em 1994. Na pintura, Frei Manoel Procópio chega às margens do rio Tocantins, com uma imagem de Santa Teresa debaixo de seus braços (Ver: figura 1).

imaginário que persiste em repetição, interrompendo a percepção da realidade, impedindo de se lidar com ela, se tornando algo eterno. (CHAUÍ, 2000). “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUÍ, 2000, p.6).

A fundação de Imperatriz se deu a partir de uma frente expedicionária militar paraense, a qual foi designado Frei Manoel Procópio do Coração de Maria como comandante da expedição. Abaixo segue o trecho que cita a missão dada ao carmelita.

Empossado na presidência da Província do Pará em 5 de agosto de 1848, o conselheiro do Império Jerônimo Francisco Coelho, militar catarinense, atendendo à meta provincial, deu continuidade às tentativas de redução das dificuldades de navegação do Tocantins e estabelecimento de missões militares e religiosas em suas margens. Assim, nesse mesmo ano, tratou de providenciar a instalação da missão de Itaboca, anunciada em 1844. À falta de missionários experientes no trato com os indígenas, o presidente da Província do Pará contratou o carmelita baiano frei Manoel Procópio do Coração de Maria, que se deslocou para o Pará especialmente para essa missão. (FRANKLIN, 2005, p.35, 36)

No presente artigo chegaremos aos resultados obtidos em uma pesquisa que se inicia no processo histórico da fundação da cidade, a qual contém informações recolhidas a partir de documentos históricos e narrativas de intelectuais e historiadores sobre o processo colonizador e o contato primário dos indígenas com os colonos. Em seguida, apresentaremos as narrativas sobre conflitos entre os expedicionários e os povos indígenas que ocupavam o território e, por fim, faremos o paralelo entre as informações apresentadas e uma representação iconográfica da chegada do Frei Manoel Procópio, orientando a análise a partir da categoria teórica de mito fundador da filósofa Marilena Chauí (2000).

2- DESCRIÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DE FUNDAÇÃO

De acordo com Adalberto Franklin (2005), Imperatriz foi fundada em 1852 por Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, que trazia consigo uma imagem de Santa Teresa D'Ávila quando deu entrada ao território que hoje pertence ao estado do Maranhão. Frei Manoel Procópio atracou ao lado direito do Rio Tocantins em 16 de julho de 1852, lugar que recebeu o mesmo nome da colônia extinta três anos antes em

Itaboca, quando em conflitos com os indígenas foram expulsos o Frei e seus acompanhantes. Desse modo, foi esta designação imposta a Frei Manoel Procópio, incumbido de fundar uma “missão” na região com o fim de ser pacificador e catequizador de povos indígenas². Devido a tal acontecimento, foi atribuído a essa segunda data a fundação da colônia civil-militar de Santa Teresa do Tocantins. (FRANKLIN, 2005).

Procópio pertencia à ordem dos Carmelitas, a qual teve início no século XI, em Haifa, antiga Porfíria, atual Estado de Israel. A instituição chegou ao Brasil em 1665, ficando-se inicialmente no estado da Bahia. Frei Manoel seguia a ordem dos Carmelitas Descalços, uma reforma carismática carmelita a qual Teresa Sánchez de Cepeda Dávila y Ahumada (Santa Teresa D'Avila) participa do processo, a ordem se divide em três linhas familiares, as dos padres ou frades, as freiras e a dos leigos³. A participação do cristianismo nesse processo, assim como aconteceu na maioria dos estados do Brasil, tem como pressuposto a imposição de um único grupo religioso, colocando em relações de poder a religião católica.

A inserção da igreja como responsável por esse processo traz em evidência a prerrogativa de que a colonização de determinado espaço fosse apaziguada e levemente dialogada, pois, a partir do início do contato com os nativos, se havia ciência de alguns desafios que teriam de ser enfrentados, já que se chegava em um território já ocupado.

Os espaços que eram ocupados por indígenas faziam parte dos territórios desejados para a expansão das capitanias, essas ocupações impediam o desenvolvimento das conquistas planejadas, fazendo surgir então, uma disputa pelo domínio da Vila da Carolina o que, por sua vez, culminou em uma necessidade de demarcação de territórios, pois até então não se compreendiam os limites territoriais entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás. A região era ocupada por indígenas Macamekrans (Krahô), que viviam aldeados entre o rio Manoel Alves Grande e a cachoeira de Santo Antônio, no rio Tocantins. Todo esse processo é resultado de uma expansão pastoril oriunda do

² Extraído de: Fala dirigida pelo Exmo. sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará na Assembleia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura, no dia 1º de Outubro de 1849. Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1849. p. 83.

³ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_do_Carmo. Acesso em: 20/06/2023

litoral do Nordeste, nesse caso, em especial, chegando ao sul do Maranhão⁴, pois ali se tinham campos abundantes e de pastos propícios à criação de gado.

No começo do ano de 1854 levantou-se um conflito entre os governos da província do Goiás e do Maranhão, acerca da jurisdição que fica ao ocidente, entre a foz do rio Manoel Alves Grande e a cachoeira de Santo Antônio no rio Tocantins, hoje conhecido como território da Carolina, nome da vila atual, antiga aldeia dos índios Macamenkrans, ou povoação de São Pedro de Alcântara, situado a margem oriental do rio Tocantins. (MENDES, 1868, p. 5)

Quando chegou ao território que hoje compreende a cidade de Imperatriz, Frei Manoel Procópio não tinha conhecimento de que o local era de domínio do Maranhão, pois os limites entre Maranhão e Pará eram recentes. Segundo Adalberto Franklin, quando estabeleceu a povoação de Santa Teresa, sem saber, Frei Manoel Procópio estava em terras maranhenses. Um mês antes, no dia 12 de junho de 1852, o Decreto Imperial nº 639 designou o rio Gurupi como novo limite entre Pará e Maranhão. (FRANKLIN, 2005)

Em 1856, pela lei provincial 398, por ordem do Barão de Coroatá, presidente da Assembleia Legislativa da província do Maranhão, é criada a povoação de Vila Nova da Imperatriz⁵, cuja localização compreendia a margem direita do rio Tocantins, local que o mesmo designa apto a recepção da vila. A criação dessa povoação levantou uma disputa por conveniência territorial na província do Maranhão. Em 1856, ela ascende ao status de freguesia⁶, o que desperta o interesse entre Porto Franco e Santa Teresa pela sede da Vila Nova da Imperatriz. A principal justificativa, tanto de Santa Teresa quanto de Porto Franco, seria então o aumento considerável da população dentro de seus territórios, o que torna viável, comercialmente e economicamente, serem acolhidos os pedidos de

⁴ Essa narrativa é fomentada a partir da obra “Caminhos do Gado”, de Socorro Cabral, a qual designa a identidade do Sul do Maranhão a partir do processo de expansão das fazendas de gado no interior do estado. (CABRAL, 1992)

⁵ MARANHÃO. Lei provincial n.º 398 de 27 de agosto de 1856. Câmara Municipal de Imperatriz. Folha 39, Livro de Decretos e Resoluções. In: SANCHES, Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos: 1852-2002**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

⁶ “Em Portugal, as divisões administrativas das províncias estavam organizadas de acordo com a seguinte escala: cidades, vilas, freguesias e aldeias. Cada freguesia possuía uma situação jurídica própria, podendo ser de primeira, segunda ou terceira ordem. A freguesia de primeira ordem agrupava mais de 5.000 pessoas. As de segunda ordem, entre 800 e 5.000, e as de terceira ordem, menos de 800 pessoas. Em cada freguesia havia um regedor que era o representante da autoridade municipal e diretamente dependente do presidente da câmara municipal. O termo paróquia era utilizado como sinônimo de freguesia, na esfera eclesiástica, portanto fregueses, neste caso, são os membros de uma paróquia.” Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6623:freguesia-de-inhomerim&catid=2101&Itemid=215. Acessado em 20/06/2023

inserção da sede da Vila Nova de Imperatriz nesses determinados locais (MARQUES, 1870).

No ano de 1859, a lei provincial 524 passou a sede de Vila Nova da Imperatriz para Porto Franco, a qual fazia fronteira com Boa Vista, separadas pelo rio Tocantins. A partir daí, detendo sobre si a ideia de que a sede da vila carregava um futuro promissor, acirrou-se uma disputa genuinamente demorada entre a povoação de Santa Teresa e Porto Franco por direito à sede da Vila Nova de Imperatriz, tendo como fim da disputa a instituição da lei 631 do ano de 1861, quando a sede da Vila é passada a Povoação de Santa Teresa⁷, dando origem a construção de sede legislativa, além da criação de uma igreja matriz no local.

Junto à Procópio, estavam na expedição Juvenal Simões de Abreu e família, Zacharias Fernandes da Silva e família e alguns praças. Neste local fincaram-se duas ou três casas, com cobertura de palha, em um local rodeado de matas, o que logo atraiu a criação de gado, com córregos, sendo eles acima, abaixo e atrás da povoação. As vegetações ricas em óleo de copaíba, cravo e resinas, cheias de terrenos propícios à plantação, ganhando sucessivamente uma casa de oração e princípio de construção de uma igreja. (MARQUES, 1870)

Foram inúmeras as expedições para exploração do que hoje entendemos como território de Imperatriz, tanto o governo provincial do Maranhão, quanto o governo do Pará mostravam interesses em desbravar as margens do rio Tocantins e delimitar os domínios que tinham. Uma dessas expedições, ainda no século XVII, foi liderada pelo Padre Antônio Vieira, que na época comandava o congresso jesuíta no Maranhão e tinha o interesse de expandir a catequização pelas margens do rio Tocantins, mas não obteve sucesso dada a oposição que o padre Antônio Vieira fazia à escravidão indígena, bem como devido aos conflitos com autoridades locais e colonos, os quais o acusavam de interferências políticas e econômicas. Mais tarde, Padre Antônio Vieira foi deportado para Portugal e respondeu a um processo no ano de 1661, em sua terceira viagem ao Pará. (FRANKLIN, 2005).

Desde o processo de colonização do Brasil, apresentam-se várias narrativas referentes a conflitos com indígenas, resistentes à mão de obra forçada e proveitos

⁷ Fundada por Frei Manoel Procópio pela expedição militar iniciada de Belém para navegação do rio Tocantins, ordenada pelo então presidente da província do Grão-Pará, Jerônimo Francisco Coelho que determinou ao carmelita a tarefa inicial de fundar um presídio militar. (FRANKLIN, 2005)

perante a autoridade imposta por colonos, por muitas vezes os contatos com “os gentios”, tiveram como consequências a extinção de grupos e etnias. “O nativo não se conformou a escravidão, fugiu, já que era incapaz de ajustar-se ao trabalho servil, além de pouca resistência a doenças do homem branco” (SANTOS, 2000, p.35).

O indígena que vivia livre, não poderia se ver preso ou obrigado a exercer trabalhos impostos, principalmente pelo entendimento e consciência de sua cultura, a qual se trabalha para viver, se come o que planta. A construção acima, sobre a indisposição ou “incapacidade indígena ao trabalho servil”, pode ser entendida como uma romantização do que foi a resistência, mas também como a construção de mais um mito, levando à insistência e permanência de narrativas que ocultam o processo conflituoso entre colonos e nativos, forçando a ideia de uma possível salvação para estes, através da catequização e aldeamento.

Ocultar ou suavizar a escravidão indígena foi um papel também pensado para a presença de um líder cristão que, municiado das “Boas Intenções”, repetidamente em todas as frentes colonialistas do Brasil – primeiramente exercidas por Jesuítas e mais tarde por Carmelitas –, colocava em papel auspicioso a catequização e o aldeamento; uma forma mais sutil e menos clara da exploração, reafirmando a imagem de colaboração e amizade entre igreja, estado e nativos.

Mesmo com processo de aldeamento e catecismo, os indígenas resistiam com suas crenças e culturas como forma de identidade, no trecho abaixo podemos ver que a culturalização colonialista, mesmo que imposta, não se fazia de mão única, pois o indígena reinterpreta a fé do colonizador a qual recebia o nome de Santidades Ameríndias⁸ e utilizava da sua fé como instrumento de resistência.

Em meio ao forte declínio da população indígena no litoral — assolada por fomes e pestes, agrilhoadas pela escravidão e pela catequese —, as santidades ameríndias parecem ter se revigorado na segunda metade dos quinhentos. Superaram o efeito devastador das epidemias dos anos 1560 e, estimuladas pelo desespero de tantos flagelos colonialistas, atravessaram todo o século,

⁸ As santidades, assim as chamaram os portugueses, foram fenômenos religiosos que incorporavam elementos da cultura indígena e da religião católica, e ao mesmo tempo tinham cunho de revolta contra a exploração colonial e contra o processo de catequização; dito em outras palavras, as santidades foram uma forma de resistência à tentativa de enquadramento empreendida pelos europeus. As santidades são expressões da religião usada contra os opressores, onde os indígenas se apropriam dos símbolos do catolicismo e fazem sua interpretação a partir de sua própria realidade cultural e social. (CARDOSO, 2013, p. 4)

havendo notícias de semelhantes movimentos até as primeiras décadas do século XVII. (VAIFAS, 1995, p.73)

3 - CONFLITOS COM INDÍGENAS

Os indígenas que habitavam a região de Imperatriz fazem parte do grupo Gê e da expansão linguística Timbira, esses que chegaram a “15 tribos” no século XIX. Os Timbira foram divididos em dois, os Timbira do lado direito do rio Tocantins (orientais), Parkatejê, Krahô, Canela, Krikati e Pukobyê, e os da margem esquerda do Rio Tocantins (ocidentais), os Apinajé (COELHO, 1987). A chegada a esse território deu início a uma série de conflitos com os indígenas, coisa que já acontecera em outras expedições, a incorporação de novas vilas militares, além de expansão de domínio, assegurava-se à base de uma relação de poder.

De acordo com a narrativa apresentada por Manoel de Jesus Barros Martins, ao tratar da atuação de Francisco de Paula Ribeiro, expedicionário que traçou um panorama dos territórios dos Pastos Bons:

A limpeza étnica promovida contra o indígena, dissimulada quase sempre em tratados de paz rompidos à força da superioridade bélica do colonizador. A atuação de Paula Ribeiro na região de Pastos Bons pode ser caracterizada como a de um ponta-de-lança da conquista daquela imensa área. Ele comandou inúmeras expedições, amistosas e punitivas, aos mais variados grupos indígenas estabelecidos secularmente naquelas paragens, os quais constituíam obstáculo de monta para o desenvolvimento do pastoreio, numa das áreas mais apropriadas para essa atividade em toda a Colônia. (In: RIBEIRO, 2000, p.10).

Em uma das expedições de reconhecimento dos territórios banhados pelo rio Tocantins, o cientista francês Francis Castelnau, em 1844, conta sobre uma experiência de contato com os indígenas que estavam instalados próximos ao atual território que hoje compreende a cidade de Porto Franco, do estado do Maranhão.

Instalamos o nosso acampamento na margem esquerda do rio, por sabermos que, até Boa Vista [atual Tocantinópolis], havia perigo em ficar do lado oposto, por causa dos índios bravos que aí residem e são conhecidos pelo nome de “Gaviões”. [...] Mais de um pescador infeliz encontrou a morte sob suas flechadas, por ter querido apanhar algum peixe daquele lado. [...] A margem esquerda, pelo contrário, é habitada pela tribo pacífica dos Apinajés. Mais acima, e sempre na margem direita, encontravam-se os Caracatis, tribo perigosa. (CASTELNAU, 1850, p.336)

De acordo com César Marques, em seu Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão, de 1870, em Santa Teresa, atual Imperatriz, havia grupos indígenas em quantidade considerável.

Santa Teresa contém em seus subúrbios uma população indígena superior a duzentas almas, tendo uns suas habitações a um quarto de légua, e outros a uma légua além de inúmeros bravios, que habitando locais mais longínquos estão em contato com esses indígenas. É inquestionável que Santa Teresa elevada à categoria de vila, poderá dispor de recursos, com que civilizando esses indígenas, há de vir conseguir proveito deles, entretanto que com a falta dessa elevação, além de nenhum proveito tirar, Santa Teresa receia a sorte infeliz da boa união. (MARQUES, 1870, p.493)

A resistência indígena era vista como empecilho para o desenvolvimento da povoação, mais tarde vila. Como no trecho citado acima, fica evidente que o interesse em “civilizar os indígenas” é para que fossem utilizados como mão de obra. Os conflitos com os indígenas se deram a partir da negativa de submissão dos mesmos, que gozavam da sua liberdade.

No Maranhão, os jesuítas, que até então eram a principal ordem religiosa dentro do estado, faziam oposição à escravidão indígena, mas a contrariedade dos Jesuítas não se fazia como lei no interior do estado do Maranhão, apesar de deter uma grande influência na educação, em especial em São Luís, onde se localiza a capital. Os interesses na escravidão da mão de obra indígena ainda eram desejados e colocados em prática no interior, ou seja, os jesuítas até possuíam a influência, mas não estavam acima dos fazendeiros e poderosos, que fomentavam, a partir das suas relações com a igreja e junto ao Estado, por ampliação de territórios e fluxos econômicos e comerciais.

Com efeito, o processo de escravidão indígena era um desejo das autoridades da Província, pois dentre os diálogos realizados entre o governador e o presidente da comarca de Carolina⁹, essa que compreende decisões referentes ao território da então Vila Nova de Imperatriz, fica claro a intencionalidade em aproveitar dos indígenas e utilizá-los como mão de obra na indústria de cana-de-açúcar, conforme documento abaixo.

⁹ A comarca de Carolina era responsável pelas decisões administrativas referentes às povoações e vilas do sul do Maranhão, a partir da nomeação do Governador do Maranhão que instituiu Antonio Manoel Campos Miller como presidente da comarca e Manoel Maria do Amaral como juiz provincial. (MARQUES, 1870)

A um quarto de léguas a planície em que está acentuado o povoado de Santa Tereza, deriva uma aldeia de índios mansos da tribo GREGÊ, e a uma légua atravessando, encontra-se outra aldeia dos mesmos índios mansos e de nível superior e discretos, podendo ser aproveitados nas lavouras aos quais já se empregam em pequena escala. Nas imediações do povoado existem 3 engenhos de açúcar, que trabalhando em espaços proporcionais produzem para os habitantes e para venda em outros locais, a venda do couro para Pará é hoje crescida porque na terra de Santa Tereza é onde mais se cria gado. (Carta ofício de Antônio Manoel de Campos Miller, presidente da comarca de Carolina ao Governador do estado do Maranhão, em 8 de julho de 1862¹⁰).

Segundo Francisco de Paula Ribeiro, os grupos mais rebeldes eram os Pukobyê (Gavião), eles ofereceram grande resistência ao processo de colonização que procurava civilizá-los. “A tribo Piocobgê é aquela mesma indomável [...] Na ribeira de jarava-u, tão valorosos [...] Nem um tem deixado de ser infrutuoso, sem aparecer jamais um resultado feliz.” (RIBEIRO, 2000, p 314). Apesar de toda essa resistência, os Pukobyê não conseguiram manter-se muito tempo em liberdade e foram dominados por volta de 1850. (NIMUENDAJU, 1946).

Cândido Mendes de Almeida (MENDES, 1868) conta em seu Mapa do Maranhão (ANEXO 1), que todo território compreendido por Imperatriz era terra dos povos “Gaviões” (CORRÊA, 2000). Mas segundo Melatti (1980) os índios Krikati, em entrevista realizada pelo mesmo em sua pesquisa, narram que Imperatriz foi fundada sobre uma aldeia dos antigos Krinkateré ou Krinkateyé. Esse processo resultou na dispersão de povos como Gavião (Pukobyê), Krikati e Apinayé e trazem também relatos de que pequenos indígenas (crianças) eram levados à Missão de Santa Teresa, já que os mesmos já haviam sido pacificados. Os fazendeiros sempre frisaram o discurso de paz com os indígenas mas, segundo Manoel de Jesus Barros Martins, havia guerras pesadas com os povos indígenas por posse desses territórios habitados pelos Timbira para instalação de fazendas e colonos. (In: RIBEIRO, 2000).

Segundo Carlota Carvalho (2000), em enfrentamentos entre os conquistadores e indígenas, a fumaça da pólvora das armas dos colonos turvava a claridade do dia, abalada pela queda da ala de frente dos timbiras ao chão, abatida pelos projéteis lançados contra eles.

¹⁰ Carta encontrada nos documentos sob posse da Biblioteca Benedito Leite, acervo do Estado do Maranhão.

Vários ataques feitos por indígenas foram relatados à presidência da província do Maranhão solicitando providências quanto a supostas invasões feitas por indígenas Gavião e Krikati. Em fevereiro de 1853, o presidente da província responde ao juiz da Chapada que está ciente dos conflitos entre criadores de gado e indígenas. Em 1855, um suposto ataque dos índios teria resultado na morte de um vaqueiro, uma criança e seis indígenas. Em 1885, trabalhadores foram assassinados e apontaram como culpados os indígenas “Gaviões” (COELHO,1995). Dentre os conflitos relatados, haviam também os encabeçados por fazendeiros, conflitos que perduraram por muito tempo. Segundo Elisabeth Coelho (1987), em 1976, a aldeia Rubeas foi abandonada em consequência de um ataque do fazendeiro paulista Otávio Toledo que ateou fogo em todas as casas.

A imagem de bom amigo, que era intencionalmente passada pela presença do representante religioso, o Frei Manoel Procópio, fora utilizada para pacificações e aproximação com os indígenas, considerados por vezes arredios e constantemente agressivos aos contatos com os brancos, pois tanto os fazendeiros quanto os colonos invadiam e tentavam expulsar os indígenas de seus territórios, inviabilizando sua subsistência que, por sua vez, consistia da caça, pesca e cultivo. A construção imagética favorável aos expedicionários fora também expressada na pintura de Francisco Gonçalves, como se vê abaixo:

Figura 1: Representação da chegada de Frei Manoel Procópio, por Francisco Gonçalves, 1994



Fonte: Acervo da família Cortez Moreira

4 – PROCÓPIO, BOM AMIGO E O MITO FUNDADOR

As origens culturais, religiosas e humanas precisam de uma explicação convincente, seja ela verdade, uma realidade alterada, ou até mesmo uma mentira. Quando se fala em mito, é corrente a ideia de, por força do senso comum, fazer um

vínculo direto com inverdades. Mas a ideia de mito é muito mais abrangente, dito isso com relação aos seus sentidos sociológicos e históricos. Sobre a ideia do mito fundador, na colonização do Brasil, a filósofa Marilena Chauí (2000) distingue três concepções básicas: a “visão do paraíso”, o milenarismo e o “governante pela graça de Deus”:

No período da conquista e colonização da América e do Brasil surgem os principais elementos para a construção de um mito fundador. O primeiro constituinte é, para usarmos a clássica expressão de Sérgio Buarque de Holanda, a “visão do paraíso” e o que chamaremos aqui de elaboração mítica do símbolo “Oriente”. O segundo é oferecido, de um lado, pela história teológica providencial, elaborada pela ortodoxia teológica cristã, e, de outro, pela história profética herética cristã, ou seja, o milenarismo de Joaquim de Fiori. O terceiro é proveniente da elaboração jurídico-teocêntrica da figura do governante como rei pela graça de Deus, a partir da teoria medieval do direito natural objetivo e do direito natural subjetivo e de sua interpretação pelos teólogos e juristas de Coimbra para os fundamentos das monarquias absolutas ibéricas. (CHAUÍ, 2000, p.58)

A ideia do mito fundador se refere a uma história contada no decorrer do tempo, passada de geração em geração, fazendo assim uma crença fiel àquilo que lhe foi dito. No caso do mito fundador, refere-se à fundação ou descobrimento de algo, nesse caso, à cidade de Imperatriz-MA a qual, de acordo com narrativas históricas oficiais, foi fundada pelo carmelita Frei Manoel Procópio do Coração de Maria. O mito fundador está ligado a um passado originário, incapacitando-o de esquecimento, ocultando as tensões e conflitos do passado e persistindo como presença. Também pode ser entendido como um imaginário que persiste em repetição, interrompendo a percepção da realidade, não lidando com ela. (CHAUÍ, 2000)

Nessa narrativa histórica de Imperatriz, é nítida a ideia da criação heroica e moral a partir de uma figura religiosa, a qual trazia consigo a perspectiva conservadora cristã carregada pela ideia de catequização. As expedições vinculadas a uma figura religiosa carregavam uma crença de “Prosperidade, Vontade Divina e Providência Religiosa”, tornando viável a ampliação territorial e domínios do estado a partir da inserção cultural-religiosa nas terras colonizadas. A forma de dominação religiosa, por meio da catequização, tem suma importância e claramente causa uma quebra cultural dentro do território desejado, no caso de Imperatriz, por meio do aldeamento¹¹. Tendo

¹¹ “O aldeamento indígena é a realização do projeto colonial de ocupação do território, de reserva de mão de obra e de aculturação dos índios. Na segunda metade do século XVI, a política de aldeamentos esteve associada à ação dos Jesuítas. A ação missionária consistia no deslocamento, também chamado descimento, de índios de seu território para aldeias jesuíticas no litoral, sedentarização dos índios por meio do trabalho agrícola, adoção de ‘costumes cristãos’, dentre os quais o uso da chamada língua geral e o abandono do idioma nativo. Outras ordens religiosas, capuchinhos, carmelitas, franciscanos,

Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, catequizado e aldeado os indígenas no “Campo dos Frades”¹².

A importância das missões religiosas era clara para as autoridades civis, sendo que, mediante o estabelecimento de um aldeamento indígena, o território circunvizinho poderia ser “pacificado”, tornando-se próprio e adequado para a recepção de colonos e, assim, para a implantação de atividades produtivas essenciais para a manutenção da economia da metrópole. (CHAGAS, 2011. p 155).

Em sua obra (Figura 1), o artista plástico Francisco Gonçalves faz, em 1994, uma imagem que representa a chegada de Manoel Procópio por meio de uma pintura. A expedição paraense que culmina na fundação de Imperatriz é mostrada na obra a partir do primeiro contato com os indígenas, reforçando a ideia de santidade e boas intenções. A pintura coloca em ênfase a imagem de Santa Teresa D’Ávila envolta aos braços de Manoel Procópio, reforçando a ideia de apaziguamento, levando em consideração o histórico conflituoso das tentativas de inserção dos colonos na região. A idealização de imagem cristã representada por Santa Teresa é relacionada diretamente a internalização colonial de uma religião monopolista, visando a ampliação do catolicismo, fortalecido a partir desses processos catequistas.

A representação imagética do ocorrido em 1852 pode se relacionar com a simbologia da Primeira Missa de 1500, a qual Frei Henrique de Coimbra, em solos tupiniquins, insere por meio da celebração de ritos católicos o monopólio religioso cristão, o qual andaria lado a lado com os interesses de Portugal, ações que se repetem em diversas expedições coloniais, assim como na fundação de Imperatriz. “Os conquistadores recebiam ordens de intimar nativos a se submeterem à nova religião. As elites políticas e religiosas, incluindo a coroa, acreditavam que essa intimação legitimava seu poder” (SEED, 1999, p. 251).

Segundo Manoel de Jesus Barros Martins, referindo-se a obra de Francisco de Paula Ribeiro sobre o processo de colonização sul maranhense: “É evidente tratar-se o

mercedários também se utilizaram desta prática de subjugação dos índios. Uma vez deslocados das suas aldeias de origem, os índios eram doutrinados nos mistérios da fé, batizados com nomes cristãos e colocados à disposição da Coroa e dos colonos para prestação de serviços”. Conjunto documental: Consultas da Mesa do Desembargo do Paço Notação: vol. 01, 1808-1814. Coleção: Mesa do Desembargo do Paço, documento: 18 de maio de 1809, Rio de Janeiro. Folha(s): 29 e 29v. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3525:educacao-dos-indios-coroados&catid=143&Itemid=215

¹² “Relatório do presidente da província do Gram Pará, o exmo sr Dr.Fausto Augusto d’Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da assembleia provincial”, no dia 15 de Agosto de 1851. Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1851, p. 57,58

autor de um intelectual impregnado da ‘idéia colonialista de feição ilustrada, que propunha formas racionais e práticas de exploração da riqueza natural e humana da Colônia’” (In: RIBEIRO, 2000, p.24). A partir disso, consideremos a representação imagética de Francisco Gonçalves, a qual Procópio carrega consigo Tereza D’Ávila, uma representação da humanização do processo de exploração racional, partindo de uma ideia civilizatória utilizada no processo de catequização.

A colonização por meio de missões religiosas era, por sua vez, uma tentativa de se passar a impressão aos indígenas de que havia a primazia de objetivos religiosos. “Em 16 de julho de 1852, Procópio lançou os primeiros elementos para fundação em território pleno e arenoso, regado por abundantes olhos de água cristalina e colocou-a logo sob os auspícios da Virgem D’ávila, Teresa de Jesus.” (MARQUES, 1870, p. 491,492). Nesse trecho a igreja é colocada em evidência como mecanismo de providência divina sobre a então terra colonizada, pois a partir dela, o processo catequético e aldeamento tornaria possível a inserção impositiva da colonização.

A partir da narrativa de que a chegada de Santa Teresa abençoava a colônia fundada com a figura do carmelita Procópio do Coração de Maria, e sobre a contradição de tal descrição, colocamos em análise a fala de Dom Vilson Basso, Bispo da diocese de Imperatriz, em comemoração aos 35 anos da Diocese de Imperatriz e 170 anos da chegada da frente colonizadora.

Pedimos perdão a Deus, pelo desrespeito e injustiças cometidas com os povos indígenas que estavam aqui na chegada de Frei Manoel Procópio com a imagem de Santa Teresa, que hoje representa memória, força e resistência... [...] Saldo os índios Guajajara, Krikatis e “Gaviões”, que fiz questão que estivessem aqui na chegada da romaria, e receber Teresa como a 170 anos atrás. (Dom Vilson Basso, em 16 de julho de 2022).¹³

Considerando tal fala, a chegada de Frei Manoel Procópio, como uma imagem harmônica entre a frente colonialista e os indígenas, é descaracterizada a partir do reconhecimento da igreja na representação do episcopado, por Dom Vilson Basso, de que a participação de Manoel Procópio na frente colonialista foi marcada por conflitos violentos e abusos contra os indígenas que habitavam a região. A imagem amigável que

¹³ DIOCESE DE IMPERATRIZ. **Celebração dos 35 anos da Diocese de Imperatriz e 170 anos da chegada da imagem STª Teresa D’Ávila.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MNJeJO4m1so&t=563s> . 2h:20m:30s. e 2h:39m:0s: Acesso em: 16/03/2023.

se pretendia passar é uma narrativa conveniente ao atual status de poder político, cultural e econômico que a igreja Católica detém na cidade de Imperatriz.

A ação representada por indígenas, na celebração de 170 anos da chegada de Santa Teresa a Imperatriz, determinados a carregar a imagem da santa, nos faz relacioná-la a outra expressão do mito fundador, quando uma narrativa é repetida ainda que sob nova roupagem. Se a fala do Bispo intui mudança, uma suposta reparação histórica, isso é contraditado na realização da celebração, pois os indígenas são chamados a carregá-la, simbolizando mais uma vez a imagem piedosa e acessível do cristianismo, ao mesmo tempo denotando a submissão indígena à Igreja.

Outra questão relevante se dá na inserção de uma igreja Católica dentro de uma aldeia indígena, anunciada na celebração de 35 anos da diocese de Imperatriz por Dom Wilson Basso, denominada a primeira igreja Católica em território indígena do Maranhão, reforçando a narrativa de que a igreja se faz presente nesse território. Como em 1852, realizando uma quebra cultural e mudanças na estrutura social, utilizando da imagem bondosa de Manoel Procópio e no pedido de desculpas feito por Dom Wilson para ampliação de seu domínio religioso.

Assim, a partir da ideia do mito fundador, a compreensão da representação da chegada do Frei Manoel Procópio, toma novos caminhos, evidenciando algumas informações que são pouco exploradas, ou ocultadas, como a violência e o genocídio contra os indígenas que habitavam a região. Nas informações apresentadas por historiadores e na imagem feita por Francisco Gonçalves fica evidente a persistência da narrativa harmonizadora, reforçando que a fundação de Imperatriz tem perpetuado uma visão romantizada; modificando-se apenas a forma, mas permanecendo como gênese, como origem a ser contada com o mesmo objetivo de poder, e repetida a partir de gestos simbólicos, rituais religiosos e interpretações históricas.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que assim como na colonização brasileira, Imperatriz, cidade do sudoeste do Maranhão, foi fundada a partir da ideia construída por uma relação entre religião e Estado, a qual evidencia informações convenientes ao poder hierárquico, reforçado a partir da imagem piedosa carregada pela igreja, atrelada a fé que perdura como influente desde a chegada da frente expedicionária até os dias de hoje. A

construção imagética que procura vincular Manoel Procópio a uma ideia piedosa e de bondade é relativizada pelo discurso de Dom Vilson, em conjunto com as informações apresentadas neste artigo.

A fundação de Imperatriz, assim como em outras frentes colonizadoras, é construída sobre uma série de práticas violentas e escravagistas que, pelo processo de catequização dos indígenas, utilizavam da influência cristã a fim de paramentar uma narrativa que favorecesse aos colonizadores, pois a partir dela a construção social e o monopólio cristão se tornariam viáveis.

Mesmo com a ideia de reparação histórica colocada na celebração feita com Dom Vilson em 2022, a mensagem de arrependimento que ele procurava repassar, reforça a imagem piedosa da igreja, colocando a ideia de arrependimento e redimissão. Por seu desejo, indígenas carregaram a imagem de Santa Teresa, onde mais uma vez a igreja Católica, representada por um bispo e pela imagem da santa, se coloca acima dos mesmos.

A ideia piedosa, bem aventada, pregada pelas imagens tanto de Santa Teresa, quanto da chegada de Manoel Procópio e pelo pedido de perdão do Bispo Vilson, apenas reforçam as colocações expressadas no presente artigo. A construção mitológica da fundação de Imperatriz é pautada a partir da narrativa de uma classe proprietária-escravista, em domínio de outra indígena-escravizada, colocando-as como se a relação fosse mantida pelo respeito e pela cooperação. Essa mitologia da fundação está nas narrativas da história oficial, na imagem da arte e nos atos rituais repetidos ao longo das décadas, nesses 170 anos, repassando novamente a imagem de bondade da Igreja Católica, maquiando seus interesses e poderes do passado e contemporâneos.

FONTES:

- Carta ofício de Antônio Manoel de Campos Miller, presidente da comarca de Carolina, ao Governador do estado do Maranhão, em 8 de julho de 1862.
- Conjunto documental: Consultas da Mesa do Desembargo do Paço Notação: vol. 01, 1808-1814. Coleção: Mesa do Desembargo do Paço, documento: 18 de maio de 1809, Rio de Janeiro. Folha(s): 29 e 29v. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3525:educacao-dos-indios-coroados&catid=143&Itemid=215

- Fala dirigida pelo Exmo. sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará na Assembleia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura, no dia 1.º de Outubro de 1849. Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1849.
- MARANHÃO. Lei provincial n.º 398 de 27 de agosto de 1856. Câmara Municipal de Imperatriz. Folha 39, Livro de Decretos e Resoluções. Enciclopédia de Imperatriz. Disponível em: SANCHES, Edmilson. Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos: 1852-2002. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.
- Relatório do presidente da província do Gram Pará, o exmo sr Dr. Fausto Augusto d'Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da assembleia provincial, no dia 15 de Agosto de 1851. Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1851.

REFERÊNCIAS:

CABRAL, Maria do Socorro. **Caminhos do Gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. Maranhão/MA: SECMA, 1992.

CARDOSO, Jamille Oliveira Santos Bastos. **Circularidade Cultural No Espaço Colonial**: A Santidade de Jaguaripe e o Processo de Reinvenção Identitária. Revista Eletrônica Discente Historia.com. Bahia, 2013.

CARVALHO, Carlota. **O sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 2.ed. Imperatriz: Ética, 2000.

CHAGAS, Francisco Vieira Lima. A missão de Santa Teresa: a exclusão dos indígenas na história da fundação da cidade de Imperatriz (MA). **Revista Espaço Acadêmico**. 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CASTELNAU, Francis de Laporte de. **Expédition dans les parties centrales de l'amérique du sud**. Paris: Chez P. Bertrand, Libraire-Éditeur, 1850.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **Levantamento da Situação das áreas indígenas no Maranhão**: Relatório de Pesquisa. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

COELHO, Elisabeth Maria Beserra. **A política indigenista oficial na dinâmica da disputa pela terra: o caso da demarcação da terra krikati.** UFCE, 1995.

CORRÊA, Katia Nùbia Ferreira. **Muita Terra pra pouco Índio?** O processo de demarcação da terra Indígena Krikati, São Luís: Edições UFMA; PROIN, 2000.

DIOCESE DE IMPERATRIZ. **Celebração dos 35 anos da Diocese de Imperatriz e 170 anos da chegada da imagem ST^a Teresa D'Ávila.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MNJeJO4m1so&t=563s>. Acesso:16/07/2022. (Dom Wilson Basso. Fala dirigida à comunidade, 16 de julho de 2022).

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2005.

FURTADO, André; VENANCIO, Gisele M. (Orgs.) **A Visão do Paraíso, de Sérgio Buarque de Holanda: seis décadas de um ensaio - Ebook -** Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico - Geográfico do Maranhão.** São Luís, 1870.

MELATTI, Júlio César. **Índios e Criadores: a situação dos Krahó na área pastoril do Tocantins.** Monografia do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, 1967.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil.** São Paulo, Hucitec, 1980.

MENDES, Candido de Almeida. **Atlas do Império do Brazil.** Província do Maranhão: Rio de Janeiro, 1868.

NIMUENDAJU, Curt. **The eastern Timbira.** University of California Publications, 1946.

SANCHES, Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos: 1852-2002.** Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SANTOS, Yolanda Lhullier dos. **Imagem do Índio: O Selvagem Americano na Visão do Homem Branco.** São Paulo: IBRASA, 2000.

SEED, Patrícia. **Cerimônias de Posse na Conquista Européia do Novo Mundo (1492-1640).** São Paulo: Editora da Unesp/Cambridge University Press, 1999.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias sobre as Nações Gentias**. Revista trimestral de História e Geografia, Rio de Janeiro, 1941.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos Sertões Maranhenses**. São Paulo: Siciliano, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ANEXOS

ANEXO1: Província do Maranhão, Cândido Mendes de Almeida, 1868

